

Há 20 anos o Brasil pedia Diretas Já

Mobilização popular foi decisiva para o processo que culminou com o fim da ditadura militar

**JOÃO CLÁUDIO NETTO
E DIEGO ABREU**

"**E**ntre lágrimas e ranger de dentes, o povo todo se deu as mãos e cantou o Hino Nacional. Foi algo memorável, para nunca esquecer na vida." A frase resume o sentimento de milhões de brasileiros, nos idos de 1984. Há exatos 20 anos, o País assistia a uma de suas maiores mobilizações populares. Não era guerra, nem tampouco morte de algum grande ídolo. Era simplesmente a luta pelo direito ao voto. Mais que isso: pelo direito à cidadania.

Em uma história recheada de heróis e tiranos, o autor da frase acima era, na época, gente comum. Em poucas palavras, o arquiteto e professor universitário José Carlos Coutinho, hoje com 69 anos, resumiu a emoção de milhões de brasileiros que assistiram, pela TV, nas galerias da Câmara ou nos gramados do Congresso, à rejeição da Emenda Dante de Oliveira, que modificava a Constituição, estabelecendo eleições diretas no Brasil para novembro daquele ano.

VOTAÇÃO - Eram 2h da madrugada do dia 26 de abril de 1984 quando o plenário da Câmara dos Deputados não conseguiu aprovar a proposta de emenda constitucional do então deputado pelo Mato Grosso, Dante de Oliveira, à época, eleito pelo PMDB. Eram necessários 320 votos - dois terços dos parlamentares. Votaram a favor 298 deputados, 65 foram contra. Faltaram 22 votos para o brasileiro voltar a escolher,

nas urnas, um presidente da República, direito banido em 1965 pelo Ato Institucional nº 2, editado pelo Marechal Castelo Branco.

O processo de votação começara um dia antes, pontualmente às 9h07, e se arrastou por 16 horas, estrategicamente, em longas discussões. Havia o temor, tanto no governo quanto na oposição, de que a rejeição da emenda causasse tamanha decepção que pudesse terminar em tumulto e violência. "Já disse que acredito em sua aprovação, mas, se porventura, ela for, de fato rejeitada, preocupa-me o que virá depois. Vivemos uma frustração enorme do povo brasileiro a nível econômico e social", disse Dante de Oliveira ao **Jornal de Brasília**, em entrevista publicada no dia 1º de abril de 1984.

Ironia ou não do destino, a votação da proposta do deputado ficou intercalada com duas outras datas históricas: 21 de abril - que marcou o sacrifício de Tiradentes - e 13 de maio - aniversário de assinatura da Lei Áurea, que libertou os escravos negros.

Rejeitada na Câmara, a emenda sequer precisou seguir para o Senado. Essa foi, no entanto, a última derrota sofrida pela democracia brasileira depois da instituição do regime militar pelo Golpe de 1964. "A Pátria é o povo e o povo vencerá. Pode ser hoje, pode ser amanhã, mas é inevitável. E não demora", disse o então deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), durante a votação, num discurso interrompido mais de 20 vezes por aplausos.